

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Exatas e Biológicas
Departamento de Biodiversidade, Evolução e Meio Ambiente

Agnes Medeiros Mafra

**Transexualidade na Escola: um caderno temático para formação docente e
combate à transfobia**

Ouro Preto – MG

2025

Agnes Medeiros Mafra

**Transexualidade na Escola: um caderno temático para formação docente e
combate à transfobia**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Biológicas da Universidade
Federal de Ouro Preto como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciada em Ciências Biológicas

Orientador: Rubens Gonzaga Modesto

Ouro Preto – MG

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M187t Mafra, Agnes Medeiros.

Transexualidade na escola [manuscrito]: um caderno temático para formação docente e combate à transfobia. / Agnes Medeiros Mafra. - 2025.

66 f.

Orientador: Dr. Rubens Gonzaga Modesto.

Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Exatas e Biológicas. Graduação em Ciências Biológicas .

1. Identidade de gênero. 2. Orientação sexual. 3. Transexualidade. 4. Transexuais. 5. Educação - Estudo e ensino. I. Modesto, Rubens Gonzaga. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 305:373.5

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO
PRETO REITORIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS
EXATAS E BIOLÓGICAS
FOLHA DE APROVAÇÃO



Agnes Medeiros Mafra

Transexualidade na Escola: um caderno temático para formação docente e combate à transfobia

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas

Aprovada em 11 de abril de 2025

Membros da banca

Dr. Rubens Gonzaga Modesto - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Fábio Augusto Rodrigues e Silva - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Msc. Edgar de Barros Santos - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Dr. Rubens Gonzaga Modesto, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/06/2025



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonzaga Modesto, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 13/06/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0928967** e o código CRC **1F6ECFC5**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.007408/2025-66 SEI nº 0928967

Dedico este trabalho às pessoas que ao longo de suas trajetórias de vida enfrentam diariamente a invisibilidade, o preconceito e a violência resultantes de uma sociedade heterocisnormativa. Também dedico esse trabalho as(os) professoras(es) e futuros professoras(es), não só da educação básica e média, mas também para educadoras(es) de nível superior, para que possa entender as demandas crescentes na contemporaneidade, relacionado a transexualidade, e saber lidar com algumas demandas dessa população. Este estudo é também uma reflexão sobre o papel de cada indivíduo na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso, que com a coletividade, um ambiente hostil possa se tornar um ambiente de empatia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas da instituição de ensino que estou me graduando, que contribuíram para a realização deste trabalho e pela contribuição de me tornar uma pessoa melhor academicamente e socialmente. Sou grata também às experiências e desafios que me proporcionaram aprendizado e crescimento. Este trabalho é resultado de esforços -individuais e coletivos- que refletem a busca constante pela compreensão e pelo aprimoramento de conhecimentos dentro da temática de gênero, especificamente a população transexual. Ademais, agradeço também a todos os artigos, dossiês e reportagens que foram utilizados como base para a formação desse trabalho de conclusão de curso, e respectivamente as pessoas transexuais envolvidas.

“Possibility is not a luxury; it is as crucial as bread.”

“A possibilidade não é um luxo; é tão crucial quanto o pão.”

(Judith Butler)

RESUMO

Este trabalho versa sobre o despreparo de profissionais da educação básica e média para lidar com questões relacionadas à transexualidade, que reflete uma lacuna na formação docente, e que muitas vezes ignora a diversidade de gênero e suas implicações no ambiente escolar. Ao decorrer do trabalho, irá conter temas sobre a falta de preparo de das(os) profissionais, que contribui na perpetuação de comportamentos discriminatórios, incluindo um caderno temático -Transexualidade na educação: como combater o *bullying* Transfóbico na escola- com tópicos relacionados ao gênero, identidade de gênero, orientação sexual, transfobia e práticas transfóbicas na escola, *bullying* transfóbico e estratégias de prevenção, uso do nome social no diário de classe, uso do banheiro e uniforme de acordo com o gênero, as aulas de educação física, o despreparo das(os) profissionais da educação do ensino básico e médio para tratar a transexualidade no espaço escolar e por fim uma atividade prática pedagógica: Linha do Tempo da Transexualidade: Uma Viagem Cultural e Histórica.

Palavra-chave: Gênero, identidade de gênero, orientação sexual, transexualidade, transexual, *bullying* transfóbico, educação.

ABSTRACT

This paper addresses the lack of preparation of professionals in primary and secondary education to deal with issues related to transsexuality, which reflects a gap in teacher training and often ignores gender diversity and its implications in the school environment. Throughout the paper, it will contain topics on the lack of preparation of professionals, which contributes to the perpetuation of discriminatory behavior, including a thematic notebook - *Transsexuality in Education: How to Combat Transphobic Bullying at School* - with topics related to gender, gender identity, sexual orientation, transphobia and transphobic practices at school, transphobic *bullying* and prevention strategies, use of social names in the class diary, use of bathrooms and uniforms according to gender, physical education classes, the lack of preparation of professionals in primary and secondary education to deal with transsexuality in the school environment and finally a practical pedagogical activity: *Timeline of Transsexuality: A Cultural and Historical Journey*.

Keywords: Gender, gender identity, sexual orientation, transsexuality, transsexual, transphobic *bullying*, education.

RESUMEN

Este trabajo aborda la falta de preparación de los profesionales de la educación básica y media para abordar temáticas relacionadas con la transexualidad, lo que refleja un vacío en la formación docente, y que muchas veces ignora la diversidad de género y sus implicaciones en el ámbito escolar. Durante el transcurso del trabajo, contendrá temas sobre la falta de preparación de los profesionales, lo que contribuye a la perpetuación de conductas discriminatorias, incluyendo un cuaderno temático - Transexualidad en la educación: cómo combatir el *bullying* transfóbico en la escuela - con temas relacionados con género, identidad de género, orientación sexual, transfobia y prácticas transfóbicas en la escuela, *bullying* transfóbico y estrategias de prevención, uso del nombre social en el diario de clase, uso del baño y uniforme según género, clases de educación física, la falta de preparación de los profesionales de la educación primaria y secundaria para lidiar con la transexualidad en el ámbito escolar y finalmente una actividad pedagógica práctica: Línea de tiempo de la transexualidad: un recorrido cultural e histórico.

Palabras clave: Género, identidad de género, orientación sexual, transexualidad, transexual, *bullying* transfóbico, educación.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LGBT+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, o “+” representa as demais orientações sexuais e as identidades de gêneros.

MEC: Ministério da Educação.

ONG: Organização Não Governamental.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.	13
2 OBJETIVOS.	17
3 JUSTIFICATIVA.	18
4 REFERENCIAL TEÓRICO.	21
5 METODOLOGIA.	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	32
7 PRODUTO EDUCACIONAL: Transexualidade na educação: como combater o <i>bullying</i> Transfóbico na escola.	34
7.1 Apresentação.	34
7.2 Gênero, identidade de gênero e orientação sexual.	34
7.2.1 O que é Transexualidade?.	34
7.2.2 Identidade de Gênero e Orientação Sexual.	35
7.3. Transexualidade e educação.	36
7.3.1 Transfobia na escola.	37
7.3.2 Práticas transfóbicas nas escolas.	38
7.3.3 <i>Bullying</i> Transfóbico.	39
7.3.4 Estratégias de prevenção e combate ao <i>bullying</i> transfóbico.	40
7.3.5 Nome social no diário de classe.	41
7.3.6 Uso do banheiro de acordo com o gênero.	42
7.3.7 Uso de uniforme separado por gênero.	43
7.3.8 Aulas de educação física.	45
7.4 Despreparo das(os) profissionais da educação do ensino básico e médio para tratar a transexualidade no espaço escolar.	46
7.5 Atividade prática pedagógica: Linha do Tempo da Transexualidade: Uma Viagem Cultural e Histórica.	47
8 REFERÊNCIAS.	53
9 APÊNDICES.	61
10 GLOSSÁRIO.	62

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é conduzida por mim, uma aluna transexual da Universidade Federal de Ouro Preto, que passou pelo ensino médio em uma instituição particular. Durante essa experiência escola, percebi a total ausência de qualquer preparo relacionado à diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero. Todavia, diante das rápidas TRANSformações do mundo contemporâneo, acredito ser essencial reexaminar o papel do educador em sala de aula, assim como o das(os) as(os) profissionais da área educacional, a fim de estimular um olhar crítico das(os) estudantes, especialmente sobre a diversidade presente na sociedade atual.

Como menciona Torres (2017, p.11), a expressão da sexualidade está intrinsecamente ligada às histórias de vida individuais. Isso também inclui o contexto social, econômico e histórico, que moldam as experiências das pessoas. Em uma sociedade muitas vezes influenciada por perspectivas cristãs, a heterossexualidade é frequentemente vista como a norma "aceitável", enquanto outras formas de expressão são desvalorizadas ou consideradas "erradas". Essa visão pode resultar em perseguição, preconceito e violência para algumas pessoas, enquanto para outras pode ser libertadora e um exercício de seus direitos.

Nos espaços escolares, ecoando o que ocorre em outros contextos sociais, sujeitos transexuais enfrentam uma série de preconceitos. O desrespeito ao nome social, a recusa em usar pronomes corretos e a segregação em atividades escolares são exemplos de atitudes que, embora nem sempre intencionais, causam impactos profundos. Embora a escola deva ser um ambiente plural, propício a discussões e projetos que fomentem a paz e a resolução de conflitos (GRANERO ANDÚJAR et al., 2018), a realidade mostra que a violência, seja direta (*bullying*, agressões verbais e físicas) ou indireta, mina o senso de pertencimento e gera segregação.

Por conta desse cenário, a escola muitas vezes se torna um território hostil para pessoas transexuais. Como consequência, muitos(as) jovens trans

apresentam altos índices de evasão escolar, transtornos de ansiedade e depressão, além de dificuldades na construção da autoestima e de um projeto de vida. Pesquisas, como as conduzidas por Maria (2021), mostram que estudantes trans têm mais dificuldade em se sentir pertencentes ao espaço escolar, o que afeta diretamente seu desempenho e suas aspirações futuras. Ademais, a presença crescente de estudantes transexuais nas escolas reforça a necessidade de inserir debates sobre identidade de gênero e orientação sexual. Temas como o uso do nome social em registros escolares e a adequação de banheiros ao gênero da pessoa tornam-se cada vez mais urgentes (Torres, 2017, p.11).

Infelizmente, no entanto, o ambiente escolar continua falhando em ser acolhedor para a comunidade LGBTQ+, especialmente para pessoas trans. A falta de capacitação das(os) funcionárias(os), incluindo professoras(es) e diretoras(es), para lidar com questões de identidade de gênero e orientação sexual resulta no desrespeito aos direitos das(os) alunas(os) trans (Moura, 2023, p. 12). Isso se reflete em piadas depreciativas e na ausência de representação LGBTQ+ nos materiais didáticos, promovendo a valorização da heterossexualidade e marginalizando outras identidades (Torres, 2017, p. 38). Apesar desse cenário desafiador, há experiências positivas que demonstram que a mudança é possível, como será mencionado a seguir.

Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de compensar as práticas educacionais e as políticas institucionais para garantir um ambiente verdadeiramente inclusivo. A ausência de formação adequada para profissionais da educação não apenas perpetua a marginalização de alunas(os) trans, mas também inviabiliza o combate eficaz ao *bullying* transfóbico. Assim, é necessário que sejam adotadas medidas concretas que possibilitem a desconstrução de preconceitos e a promoção de um espaço escolar pautado no respeito à diversidade. Nesse sentido, algumas experiências bem sucedidas demonstram que estratégias inclusivas podem gerar impactos significativos na redução da discriminação e na construção de um ambiente

Por um olhar com respeito à diversidade, as experiências educacionais em países e escolas que adotaram políticas inclusivas mostram que é possível TRANSformar a escola em um ambiente seguro e acolhedor. Iniciativas como a capacitação de professoras(es), a implementação de materiais pedagógicos que

abordem gênero e sexualidade de forma acessível e a criação de espaços de diálogo com a comunidade escolar têm se mostrado eficazes para reduzir a discriminação (DADICO, 2023).

O preconceito e a discriminação não afetam apenas as(os) estudantes, mas também as(os) profissionais da escola, perpetuando um ciclo de desigualdade. Idealmente, as escolas deveriam ser um refúgio inclusivo para todas as pessoas, independentemente da diversidade de gênero, identidade, etnia ou raça. No entanto, a realidade mostra que muitos profissionais ainda não estão totalmente preparados(as) para lidar com a pluralidade de corpos e identidades, e, em alguns casos, refletem valores pessoais limitados ao binarismo de gênero (Moura, 2023, p. 12).

Nesse escopo, a falta de preparo das escolas para lidar com a diversidade sexual e de gênero é uma questão urgente, pois afeta diretamente a vida e o bem-estar das pessoas trans. Em um país, como o Brasil, onde a expectativa de vida de um indivíduo trans é significativamente menor em comparação com a população cisgênera, acredito ser crucial que a educação se torne um espaço de acolhimento e respeito, cumprindo seu papel na formação cidadã e na promoção da igualdade (SANTOS et al., 2023).

Portanto, defendo que as instituições educacionais promovam debates e discussões que abordem a diversidade de forma positiva, desconstruindo preconceitos arraigados e garantindo um ambiente seguro e inclusivo para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Isso não apenas honra os princípios fundamentais dos direitos humanos, mas também contribui para uma sociedade mais justa e igualitária (MARIA, 2021).

Nesse sentido, o presente trabalho se organiza da seguinte forma. No capítulo de introdução, exploro os conceitos fundamentais que embasam a pesquisa. Em seguida, traço os objetivos de estudo, que incluem a análise do *bullying* transfóbico e a criação de um caderno temático voltado para essa questão.

No capítulo de justificativa, discuto as motivações para a realização deste estudo, considerando tanto uma perspectiva individual quanto coletiva da

população transexual. Já no referencial teórico, reúno informações essenciais para embasar a pesquisa, explorando conceitos iniciais, transfobia, sua manifestação no ambiente escolar e o despreparo das(os) profissionais da educação diante dessa realidade.

Finalmente, o capítulo "Produto Educacional: Transexualidade na Educação – Como Combater o *Bullying* Transfóbico na Escola" apresenta o caderno temático que aborda, de maneira aprofundada, os desafios do *bullying* transfóbico nas escolas. O material explora temas como gênero, identidade de gênero, orientação sexual e o conceito de transexualidade, destacando a interface entre essas questões e o ambiente educacional. Também são discutidas as práticas transfóbicas, apresentadas estratégias de prevenção e investigadas situações cotidianas, como a utilização do nome social, a organização do uso dos banheiros e a distribuição dos uniformes de acordo com a identidade das(os) alunas(os), além dos cuidados nas aulas de educação física. Por fim, o caderno enfatiza o despreparo das(os) profissionais de educação para lidar com a transexualidade, incentivando uma reflexão crítica por meio da atividade prática intitulada Linha do Tempo da Transexualidade: Uma Viagem Cultural e Histórica.

2. OBJETIVOS

Objetivo principal:

O foco principal desta pesquisa consiste em reconhecer os elementos que contribuem para a falta de preparação das(os) profissionais da educação ao abordar as temáticas da transexualidade no contexto escolar, buscando compreender as dinâmicas do *bullying* transfóbico dentro das escolas e de que forma ele afeta as(os) estudantes. Ademais, proponho como contribuição prática, o desenvolvimento de um caderno temático que sirva como ferramenta para combater a transfobia e promover um ambiente mais empático.

Objetivos específicos:

- Identificar causas que levam ao despreparo das(os) profissionais da educação;
- Compreender como o *bullying* transfóbico se manifesta no cotidiano escolar
- Criar um caderno temático que aborda questões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, transexualidade e o combate à transfobia nas escolas para ser utilizado pelos docentes.

3. JUSTIFICATIVA

A história das travestis e mulheres transexuais no Brasil começou a ganhar visibilidade nas pesquisas acadêmicas na década de 1990, ampliando-se a partir dos anos 2000 com o fortalecimento dos debates sobre gênero e sexualidade (Amaral, Silva, Cruz, Toneli, 2014). Antes disso, suas vivências eram marginalizadas, limitando-se majoritariamente a registros estigmatizantes em textos jornalísticos e boletins policiais. Figuras históricas como Xica Manicongo e Joane, mulheres negras denunciadas ao Santo Ofício em 1591 por desafiar normas de gênero (Oliveira, 2018), evidenciam como essa luta atravessa séculos.

Nesse escopo, o debate sobre gênero e identidade de gênero tem se expandido, rompendo com visões essencialistas e binárias que historicamente dominaram as ciências sociais e biológicas. Judith Butler (2003), em sua teoria da performatividade de gênero, argumenta que o gênero não é uma essência natural ou fixa, mas uma construção social que se manifesta por meio de atos contínuos ao longo do tempo. Ou seja, não nascemos com um gênero pré-determinado, mas o construímos por meio de normas culturais e interações sociais. Simone de Beauvoir (1949) já afirmava que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, desconstruindo a ideia de que o gênero está intrinsicamente ligado ao sexo biológico e desafiando a cisnormatividade.

Berenice Bento (2008) reforça essa visão ao afirmar que a transexualidade deve ser compreendida para além dos enquadramentos médicos e patologizantes, sendo uma expressão legítima da diversidade humana. Além disso, a autora aponta que o reconhecimento das identidades trans é fundamental para a garantia de direitos e para a superação das desigualdades estruturais que marginalizam essa população. De forma similar, Luciana Dadico (2018) também enfatiza que a sociedade impõe normas de gênero que excluem identidades não hegemônicas, o que gera desafios constantes para pessoas trans na busca por pertencimento e aceitação.

Todavia, embora haja uma emergência de estudos sobre transexualidade, percebo que a temática da transexualidade permanece subdiscutida em muitos contextos, sobretudo nos ambientes educacionais, apesar do crescente interesse

contemporâneo. Nesse sentido, considero este trabalho necessário para abordar questões prementes relacionadas às pessoas trans, incluindo acesso, permanência escolar, bem-estar, saúde e respeito (SOUSA; LEITE JUNIOR, 2023).

Além disso, a temática que proponho neste estudo reveste-se de uma importância pessoal significativa, pois, como mulher transexual e estudante da Universidade Federal de Ouro Preto, vivenciei uma trajetória escolar marcada pela ausência de preparo adequado em relação à diversidade de gênero e orientação sexual. Essa vivência me impulsionou a buscar e proporcionar uma experiência escolar mais harmoniosa e livre de adversidades para a população transexual e para a comunidade LGBTQ+ em geral.

Como uma estudante transexual, sei que alunas(os) trans, juntamente com sujeitos gays, lésbicas e de diversas orientações sexuais, compõem uma população estudantil diversificada e representativa da sociedade. Nesse sentido, é de suma importância que as(os) profissionais da educação estejam equipados com conhecimentos e competências que lhes permitam criar um ambiente de aprendizado inclusivo e de apoio para todas(os) as(os) alunas(os), independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual (MAGNUS, 2020).

Por outro lado, estudos apontam consistentemente que pessoas transexuais frequentemente enfrentam níveis elevados de problemas de saúde mental, incluindo depressão e ansiedade (Langaro, 2019). Como parte dessa realidade, sei que alunas(os) transexuais também estão mais suscetíveis ao *bullying* e assédio escolar motivados pela transfobia, tanto explícita quanto velada. Essas dificuldades podem ser exacerbadas por experiências de discriminação e falta de apoio.

Nesse cenário, -isto quando identifica essas violências- profissionais da educação que não possuem as ferramentas adequadas para abordar a transexualidade nas escolas podem inadvertidamente -e boa parte das vezes “deliberadamente”- contribuir para um ambiente hostil ou pouco acolhedor, impactando negativamente a saúde mental e o bem-estar dessas(es) alunas(os).

Não obstante, profissionais da educação que não estão familiarizados com estratégias apropriadas para lidar e prevenir o *bullying* transfóbico, relacionado à identidade de gênero e orientação sexual, podem contribuir para a criação de um ambiente escolar inseguro e prejudicial, afastando alunas(os) transexuais da escola. Acredito que um treinamento adequado pode capacitá-los -entendendo como uma formação mais ampla- a intervirem de forma eficaz e a criarem uma atmosfera mais segura para todas(os) as(os) estudantes (SANTOS et al., 2023).

Diante disso, entendo que a necessidade de novos estudos sobre a transexualidade torna-se urgente, especialmente quando focam nas experiências singulares dos indivíduos transexuais dentro das instituições de ensino. Investigar essas vivências pode lançar luz sobre realidades únicas e complexas, desvinculando as pessoas transexuais de estereótipos limitados. Com essa pesquisa, pretendo não apenas enriquecer a compreensão sobre o tema, mas também contribuir com implicações sociais e culturais profundas. Ao desestigmatizar e normalizar identidades transgênero dentro da estrutura social mais ampla, acredito que estarei colaborando para a promoção da diversidade, equidade e aceitação (MAGNUS, 2020).

4. REFERENCIAL TEÓRICO

TRANSFOBIA

A transfobia pode ser compreendida como um conjunto de atitudes, discursos e práticas que marginalizam, discriminam e violentam pessoas transexuais e travestis, e não apenas a agressão física, mas também por agressões verbais, até a exclusão social e institucional. Luciana Dadico (2018) destaca que essa violência está enraizada em um sistema cisnormativo que impõe um modelo único de existência baseado na coerência entre sexo biológico, identidade de gênero e expressão de gênero.

Nesse escopo, a transfobia pode ser definida como uma forma de discriminação e violência direcionada às pessoas trans, baseada na recusa de reconhecer a legitimidade de suas identidades. Esse fenômeno está diretamente relacionado à cisnormatividade, que impõe um modelo binário e rígido de gênero, marginalizando qualquer identidade que desvie desse padrão (FERNANDES, 2024). A cisnormatividade, como destaca Fernandes (2024), opera não apenas como um sistema de classificação de gênero, mas também como um mecanismo de controle social que define quais corpos e identidades são válidos e quais devem ser rejeitados ou corrigidos.

A transfobia manifesta-se de diversas formas, podendo ser classificada em dimensões simbólicas, institucionais e físicas. A transfobia simbólica refere-se à construção de discursos e estereótipos que deslegitimam identidades trans, reforçando a ideia de que essas pessoas são desvios ou anomalias sociais (OLIVEIRA et al., 2021). Isso se expressa na forma como a mídia representa – ou ignora – a diversidade trans, contribuindo para a invisibilização e o estigma. Além disso, narrativas transfóbicas podem ser identificadas em materiais educacionais, religiosos e jurídicos, consolidando uma visão patológica das identidades trans. Como aponta Oliveira et al. (2021), o uso recorrente do discurso da "patologização" das identidades trans serve para justificar medidas restritivas que limitam seus direitos e sua cidadania.

Já a transfobia institucional ocorre quando práticas normativas reforçam a exclusão e a marginalização de pessoas trans. Essa forma de transfobia pode ser observada na dificuldade de acesso a direitos básicos, como retificação de nome e gênero em documentos oficiais, atendimento de saúde especializado e oportunidades de emprego (VIEIRA JUNIOR, 2024). Muitas vezes, a própria legislação reforça essa exclusão, ao tratar a identidade trans de forma patologizante e dificultar o reconhecimento pleno de direitos. Em diversos países, a obtenção de documentos compatíveis com a identidade de gênero ainda exige avaliações médicas invasivas e procedimentos burocráticos exaustivos. Além disso, o mercado de trabalho frequentemente impõe barreiras para a inclusão de pessoas trans, levando a uma maior taxa de desemprego e informalidade nessa população.

Além disso, a transfobia física se manifesta pela violência direta, incluindo agressões verbais e físicas, ameaças e homicídios. O Brasil, por exemplo, figura entre os países com maiores índices de assassinatos de pessoas trans, evidenciando o impacto letal da transfobia estrutural (TRANSGENDER EUROPE, 2014).

O dossiê organizado por Benevides (2023) expõe um cenário alarmante de violência e assassinatos contra essa população no Brasil, e essa realidade se reflete nas escolas, onde o preconceito e a marginalização de estudantes trans impactam seu bem-estar psicológico e desempenho acadêmico. Conforme destaca Gastaldi (2023), a negação do reconhecimento social e jurídico das identidades trans contribui para um ciclo contínuo de exclusão e invisibilização dessas pessoas.

Assim, conforme destacado por Vieira Junior (2024), essa violência não ocorre de maneira isolada, mas está inserida em um contexto social que desumaniza e criminaliza corpos trans. Casos de violência policial, negação de atendimento em hospitais e ataques em espaços públicos são apenas algumas das formas de expressão dessa violência. A impunidade também é um fator que perpetua a transfobia, pois muitas dessas agressões não são investigadas adequadamente, reforçando a ideia de que vidas trans são descartáveis.

Outro aspecto fundamental da transfobia é a sua presença no cotidiano, muitas vezes em microagressões que passam despercebidas para a população cisgênero, mas que afetam profundamente a vivência das pessoas trans. Desde o uso incorreto de pronomes até a dificuldade em acessar espaços públicos, essas experiências reforçam um estado de constante vigilância e exclusão (LANZ, 2015). Essas microagressões ocorrem em diversos âmbitos, desde interações familiares até relações profissionais e sociais. Como argumenta Lanz (2015), a insistência em desconsiderar a identidade de gênero de uma pessoa trans, seja pelo uso inadequado de pronomes ou da recusa em respeitar seu nome social, constitui uma forma de violência simbólica que reforça sua marginalização.

Não obstante, Megg Rayara (2022) destaca que a transfobia não ocorre apenas no campo individual, mas também é reforçada por políticas públicas e legislações excludentes, que dificultam o acesso de pessoas trans a direitos fundamentais como saúde, educação e emprego.

Nessa esteira, a transfobia deve ser compreendida não apenas como um preconceito individual, mas como um mecanismo estruturante da sociedade, que regula e normatiza corpos e identidades. Seu combate requer estratégias interseccionais que abordem não apenas a discriminação direta, mas também as estruturas que a perpetuam, garantindo o reconhecimento pleno da diversidade de gênero. É fundamental que políticas públicas sejam implementadas para garantir a proteção e inclusão das pessoas trans, promovendo campanhas de conscientização, acesso à saúde e empregabilidade. Somente por meio de mudanças estruturais será possível desconstruir a transfobia e construir uma sociedade mais justa e equitativa para todas as identidades de gênero.

TRANSFOBIA NAS ESCOLAS

A escola, enquanto instituição social supostamente neutra e formadora, revela-se, na prática, um espaço profundamente marcado pelas contradições e desigualdades que permeiam a sociedade. Longe de constituir um ambiente isolado, ela opera como um microcosmo onde se reproduzem e se intensificam

as dinâmicas de exclusão características do sistema capitalista – incluindo, de forma destacada, as violências baseadas em gênero.

Como bem pontua Fontes (2009, pp. 106-107), embora o discurso oficial proclame o desenvolvimento integral das(os) estudantes, observa-se a persistente reprodução – seja de forma sutil ou explícita – de preconceitos estruturantes. Não por acaso, temas como transexualidade e travestilidade, que deveriam ocupar um lugar central nos debates sobre diversidade e direitos humanos, frequentemente são relegados à marginalidade nos currículos e nas práticas pedagógicas (Borrillo, 2009, p. 44).

Nesse contexto, o ambiente escolar, que deveria funcionar como espaço de acolhimento e emancipação, TRANSforma-se em um verdadeiro campo minado para estudantes trans. Desde a negação recorrente do uso do nome social – gesto aparentemente simples, mas profundamente violento em sua dimensão simbólica – até episódios flagrantes de discriminação, a instituição escolar falha em cumprir sua promessa de ser um local seguro e inclusivo.

Como demonstra Franco (2020) em sua pesquisa, o paradoxo é evidente: o mesmo sistema educacional que se autoproclama inclusivo é palco da reprodução de mecanismos de exclusão que espelham os padrões opressivos da sociedade em geral. Para Neil (2020), a ironia é cruel: docentes despreparados – fruto de uma formação inicial e continuada deficitária – acabam por reforçar, muitas vezes de forma não intencional, as mesmas estruturas que deveriam ser desconstruídas. Ademais, como salienta o autor, a ausência de políticas institucionais claras e a falta de capacitação específica aprofundam a marginalização de estudantes trans, comprometendo não apenas seu bem-estar psicológico, mas também sua permanência e sucesso acadêmico.

A exclusão vivenciada pelas pessoas trans materializa-se em situações cotidianas aparentemente banais, mas carregadas de significação opressiva. Um exemplo emblemático é a questão do uso dos banheiros escolares. Conforme demonstra Albuquerque (2020, p. 74), mulheres trans e travestis enfrentam uma dupla penalização: além de ter sua identidade de gênero sistematicamente negada, veem-se privadas do direito básico de utilizar os espaços que

correspondem à sua identidade, sendo frequentemente obrigadas a adiar necessidades fisiológicas ou a se expor a situações constrangedoras. Essa realidade evidencia como a transfobia institucional se manifesta não apenas por atos explícitos de violência, mas também pela negligência em garantir condições mínimas de dignidade.

Paralelamente, a crescente visibilidade conferida pelas mídias digitais aos casos de transfobia no ambiente educacional expõe a tensão permanente enfrentada por pessoas trans ao reivindicarem direitos fundamentais – como educação, saúde, trabalho e, em última instância, o direito básico à existência conforme sua identidade autopercebida. Nesse sentido, embora o Ministério da Educação (2018) defenda uma educação TRANSformadora, pautada no respeito à diversidade e nos direitos humanos, na prática persiste um abismo entre o discurso oficial e a realidade vivenciada nos espaços escolares. Como argumentam Couto Junior, Pocahy e Oswald (2018), a efetivação desse ideal exige romper com visões adultocêntricas e normativas, construindo ambientes educacionais que não apenas tolerem, mas celebrem a singularidade de cada indivíduo, para que seja visto cada singularidade como oportunidade de ensino-aprendizagem.

Entre as manifestações mais graves de transfobia no contexto escolar, destaca-se o *bullying* transfóbico, que se expressa desde comentários e piadas pejorativas até agressões físicas e psicológicas sistemáticas. Conforme demonstra Nogueira (2016), longe de constituir um fenômeno isolado, essa forma de violência é produto direto de uma cultura social profundamente excludente, que encontra na escola um terreno fértil para se reproduzir. Os impactos desse processo são devastadores: como alerta Nascimento (2024), as consequências incluem desde a fragilização da autoestima e o aumento dos índices de evasão escolar até a conformação de ciclos prolongados de vulnerabilidade que se estendem para muito além da vida estudantil. Benevides (2021) complementa essa análise ao destacar que o *bullying* transfóbico não se limita a comprometer o rendimento acadêmico – ele pode, literalmente, destruir projetos de vida e perspectivas futuras.

Diante desse cenário desafiador, torna-se imperativo avançar para além da mera identificação do problema, rumo à proposição de estratégias efetivas de enfrentamento. Nesse sentido, Ramalho (2024) e Sousa e Leite Júnior (2023) apontam caminhos concretos, como a implementação imediata do nome social em todos os documentos escolares, a revisão crítica dos materiais didáticos sob a ótica da diversidade de gênero e, sobretudo, a implementação de programas permanentes de formação docente.

É relevante destacar, contudo, que tais medidas não se esgotam na mera inclusão de conteúdos pontuais; elas exigem um compromisso radical com a desconstrução da cisnormatividade que estrutura as próprias bases do sistema educacional. Como demonstra a experiência acumulada em diversos contextos, apenas uma abordagem interseccional e institucionalmente comprometida poderá efetivamente TRANSformar as escolas em espaços verdadeiramente acolhedores para a diversidade de gênero.

DESPREPARO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A construção de uma prática pedagógica que contemple de forma crítica e inclusiva as discussões sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar representa um dos desafios mais prementes da educação contemporânea. Contudo, a efetivação dessa abordagem é frequentemente obstaculizada por um despreparo significativo entre as(os) profissionais da educação, cujas causas são multifacetadas e interconectadas, demandando uma análise aprofundada que vá além das percepções superficiais. Investigar essas causas é fundamental para desvelar as lacunas estruturais e subjetivas que perpetuam a dificuldade em abordar temáticas essenciais para a formação cidadã e o respeito à diversidade humana.

Historicamente, a formação docente tem sido insuficiente para instrumentalizar educadoras(es) a navegarem pelas complexidades de gênero e sexualidade. A implementação de diretrizes curriculares, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que propunham a Orientação Sexual como tema TRANSversal, frequentemente esbarrou na ausência de preparo específico nos cursos de formação inicial (ALTMANN, 2006).

Essa carência formativa inicial contribui para que muitas(os) docentes, por receio ou falta de conhecimento aprofundado, reduzam a abordagem da sexualidade a aspectos meramente biológicos ou a tratem a partir de vivências pessoais e de uma formação tradicional essencialista (QUIRINO; ROCHA, 2012), negligenciando as dimensões sociais, culturais e históricas que constituem as identidades de gênero e as expressões da sexualidade.

Nesse sentido, os cursos de licenciatura, responsáveis pela formação basilar das(os) futuras(os) professoras(es), revelam-se consistentemente inadequados para fornecer um arcabouço teórico e metodológico robusto sobre essas questões. Pesquisas indicam que o espaço dedicado a discussões sobre gênero e sexualidade nesses cursos é, via de regra, exíguo e fragmentado, resultando em conhecimentos pontuais que não se traduzem em uma capacidade efetiva para lidar com a diversidade presente em sala de aula (GESSER; OLTRAMARI; CORD; NUERNBERG, 2012; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015). Essa lacuna formativa inicial estabelece uma base frágil, que dificilmente é compensada ao longo da carreira profissional, dada a escassez de programas de formação continuada focados e consistentes. A importância crucial dessa formação continuada é sublinhada por Soares e Monteiro (2019), que argumentam ser ela fundamental para que as(os) educadoras(es) desenvolvam uma perspectiva histórica e sociocultural sobre gênero e sexualidade, superando visões reducionistas.

Para além das questões formativas, o despreparo docente é intensificado por entraves estruturais e institucionais inerentes ao sistema educacional brasileiro. As condições de trabalho frequentemente precárias, marcadas por baixos salários, jornadas extenuantes, falta de materiais pedagógicos adequados e infraestrutura deficitária, minam a capacidade e a disposição das(os) professoras(es) para investir tempo e energia na busca por formação complementar ou na implementação de práticas pedagógicas inovadoras (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Nesse contexto adverso, a responsabilidade por introduzir discussões sobre gênero e sexualidade recai quase que exclusivamente sobre a iniciativa individual do(a) professor(a), como apontam Soares e Monteiro (2019, p. 1), ao

constatarem que "inserir o tema em sala de aula depende quase que exclusivamente da disposição pessoal do/a professor/a". Essa dinâmica não apenas sobrecarrega e isola as(os) profissionais engajadas(os), como também desencoraja aquelas(es) que se sentem inseguras(os) ou não priorizam o tema, perpetuando um ciclo de silenciamento e despreparo.

Adicionalmente, a abordagem de gênero e sexualidade na escola é atravessada por um complexo emaranhado de pressões socioculturais e convicções pessoais, incluindo as de fundo religioso. A insegurança docente, muitas vezes, não deriva apenas da falta de conhecimento técnico, mas também do receio de reações adversas por parte de famílias, da comunidade escolar ou mesmo de colegas, em um contexto social onde discursos conservadores e moralizantes frequentemente buscam cercear o debate sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas.

A pesquisa de Castro (2017) lança luz sobre essa dimensão ao investigar como as experiências religiosas de professoras(es) em Minas Gerais influenciam suas práticas pedagógicas. O autor aponta para uma "constituição religiosa das professoras e professores, especialmente na educação familiar, que se expressa de distintos, e às vezes conflitantes, modos nas práticas pedagógicas, marcando de forma significativa a construção de saberes e as relações de poder nas salas de aula" (CASTRO, 2017, p. 1). Isso evidencia que o despreparo pode também estar ligado a conflitos internos, dilemas éticos e à dificuldade em conciliar crenças pessoais com os princípios de uma educação laica, plural e promotora dos direitos humanos.

Essa confluência de fatores – lacunas na formação inicial e continuada, condições de trabalho precarizadas, falta de apoio institucional e a influência de discursos conservadores e crenças pessoais – resulta em um ambiente onde o silêncio sobre a diversidade sexual e de gênero muitas vezes prevalece. Tal silêncio opera de forma dupla: por um lado, invisibiliza e nega legitimidade a identidades e experiências que fogem à norma cis-heterossexual; por outro, naturaliza e reforça hierarquias sociais e preconceitos arraigados.

A superação desse quadro exige, portanto, mais do que a simples oferta de cursos; demanda uma profunda reflexão crítica por parte das(os) educadoras(es) sobre seus próprios valores e vieses, bem como um engajamento coletivo e institucional na desconstrução de paradigmas excludentes. Embora iniciativas individuais possam gerar contribuições importantes no cotidiano escolar, como observado por Soares e Monteiro (2019), a TRANSformação sistêmica depende de ações coordenadas e políticas educacionais robustas.

Diante desse cenário complexo, torna-se evidente que o despreparo docente para lidar com gênero e sexualidade não é um problema isolado ou meramente técnico, mas um sintoma de fissuras profundas na estrutura da formação de professoras(es), nas condições de trabalho e no diálogo entre escola e sociedade.

A construção de uma educação verdadeiramente emancipatória e inclusiva, que acolha e respeite a diversidade em suas múltiplas manifestações, passa necessariamente pelo enfrentamento dessas causas de forma integrada, articulando revisões curriculares nas licenciaturas, implementação de programas de formação continuada eficazes e contextualizados, melhoria das condições laborais e fomento de uma cultura institucional de apoio e valorização da diversidade.

Somente por um compromisso ético e político coletivo será possível equipar as(os) profissionais da educação com as ferramentas e a confiança necessárias para promover ambientes escolares mais justos, igualitários e preparados para os desafios do século XXI.

5- METODOLOGIA:

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, adotei uma abordagem qualitativa que busca uma compreensão mais profunda de um grupo social. O desenvolvimento do projeto é embasado em pesquisa bibliográfica, abrangendo temas como diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, transexualidade, comunidade escolar, transfobia, violência e *bullying* transfóbico. Conforme Prodanov ressalta, após a escolha do tema, é fundamental realizar um amplo levantamento de fontes teóricas para elaborar a contextualização e o embasamento teórico, formando um referencial sólido (Prodanov, 2013, p. 131).

Após a escolha do tema, o pesquisador deve iniciar amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico, o qual fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica (ou da literatura), buscando identificar o 'estado da arte' ou o alcance dessas fontes. Essas providências mostrarão até que ponto esse tema já foi estudado e discutido na literatura pertinente (Prodanov, 2013, p. 131).

Minha pesquisa visava identificar os desafios que a população LGBT+ enfrenta em sua jornada escolar, com enfoque especial nos indivíduos transexuais. Em outras palavras, busquei compreender as dificuldades relacionadas ao acesso, à permanência e ao bem-estar desses estudantes no ambiente escolar (SANTOS et al., 2023).

Desse modo, para construir o arcabouço teórico, realizei uma revisão literária que abrangeu obras científicas já publicadas. Esse processo envolverá a busca por documentos que tratam de inclusão e diversidade, como artigos, dossiês, reportagens confiáveis, livros e políticas públicas.

A primeira etapa do estudo consistiu no levantamento bibliográfico e na análise, que serão seguidos pela geração de ideias e pela elaboração do caderno temático. Esse caderno, por sua vez, será uma compilação de informações sobre a transexualidade e outras questões de gênero, funcionando como um manual didático que aborda diferentes tópicos e instrumentaliza a linguagem.

Assim, a elaboração do caderno temático se deu com uma linguagem acessível e inclusiva, voltada a diferentes públicos, incluindo professoras(es),

funcionárias(os) e alunas(os) da instituição de ensino. Contudo, dando ênfase especial às(aos) professoras(es), considerando sua influência na mediação do ensino e na construção do ambiente de aprendizado. Acredito que, ao oferecer esse material, posso contribuir para TRANSformar a escola em um espaço mais acolhedor e confortável para a diversidade, eliminando rótulos e estigmas. Ademais, a criação desse material visa ampliar o conhecimento sobre a população transexual, fomentar o pensamento crítico sobre a comunidade trans e propor alternativas viáveis para combater a transfobia no ambiente escolar (MAGNUS, 2020).

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A realidade das escolas brasileiras ainda reflete um despreparo preocupante entre profissionais da educação quando o assunto é transexualidade. Professores, coordenadores e gestores muitas vezes se veem sem ferramentas para lidar com questões de identidade de gênero, o que acaba reforçando ciclos de exclusão e *bullying* transfóbico – uma violência silenciosa que marca o cotidiano de muitos estudantes. Essa deficiência na preparação das(os) educadoras(es), somada à falta de políticas públicas consistentes, cria ambientes escolares que, em vez de abraçar a diversidade, reproduzem preconceitos enraizados. O resultado são jovens que enfrentam não só a dificuldade de aprender, mas também a dor de não se sentirem reconhecidos em sua autenticidade.

Mudar esse cenário exige mais do que discursos. É preciso agir com urgência, investindo na formação continuada de educadores, não apenas com teorias, mas com vivências reais e estratégias práticas para acolher diferenças. Imagine capacitações que incluam histórias de pessoas trans, debates francos sobre preconceito e oficinas que ensinem a intervir em situações de discriminação. Paralelamente, os currículos precisam ser repensados para celebrar a diversidade como parte natural da experiência humana, incorporando narrativas que desconstroem estereótipos e inspirem a empatia. Não se trata de impor ideologias, mas de garantir que todos se vejam representados e respeitados.

As políticas escolares também precisam sair do papel, garantir o uso do nome social não é burocracia, é um gesto de dignidade. Combater o *bullying* exige protocolos claros e ação imediata, com diálogos que eduquem. Serviços de apoio psicológico são vitais – não como luxo, mas como necessidade para estudantes que carregam o peso da rejeição social. Escolas que criam comitês de diversidade, ouvem alunas(os) trans e envolvem famílias nessas conversas mostram que a mudança é possível.

O estudo em questão, através da revisão bibliográfica e da proposta de um caderno temático, joga luz sobre um caminho prático: unir teoria e ação. O

material não só aponta falhas na formação docente, mas oferece recursos concretos – desde roteiros de debates até sugestões de acolhimento – que podem ser adaptados à realidade de cada escola. Pequenas mudanças, como rodas de conversa mediadas por estudantes, já semeiam TRANSformações.

No fim, TRANSformar a cultura escolar não é tarefa só de governos ou especialistas – é um compromisso coletivo. Envolver alunas(os), famílias, merendeiras, porteiras(os) e professoras(es) numa mesma conversa cria redes de apoio que protegem vidas. Trata-se de construir, dia após dia, espaços onde errar seja parte do aprendizado, onde perguntas sejam bem-vindas e onde ninguém precise esconder quem é para pertencer. Como bem dizem as referências, uma escola verdadeiramente inclusiva não surge de decretos, mas de gestos cotidianos que dizem, sem palavras: você importa, você merece estar aqui.

7- PRODUTO EDUCACIONAL: Transexualidade na educação: como combater o *bullying* Transfóbico na escola

7.1 Apresentação

O objetivo desse caderno temático é promover uma sensibilização da comunidade escolar para a importância de acolher e respeitar a pluralidade de identidades de gênero, criando um ambiente seguro, acolhedor e inclusivo para todas(os) as(os) estudantes.

Esse caderno foi elaborado pensando nas(os) alunas(os) do ensino médio -mas não se restringe ao ensino médio-, que apresenta como uma construção de espaços de diálogo e empatia, contribuindo para o respeito às diferenças e valorização do potencial individual, independente da sua identidade de gênero.

É de extrema importância que este material possa servir de inspiração para ações TRANSformadoras e despertar a compreensão de que a inclusão é um caminho que o coletivo deve trilhar, em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Este caderno temático pode ser complementado com atividades práticas, estudos de caso e sugestões de leitura para aprofundar os conceitos, buscando sensibilizar a comunidade escolar, e a importância de acolher e respeitar a diversidade de gênero, promovendo um ambiente seguro e inclusivo para todas(os) as(os) estudantes, independentemente de sua identidade de gênero.

7.2. Gênero, identidade de gênero e orientação Sexual

O primeiro módulo tem como objetivo apresentar os conceitos centrais de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, que são fundamentais para a compreensão da diversidade dos aspectos sexuais da humanidade - fornecendo uma base para entender as diferenças.

7.2.1 O que é Transexualidade?

A transexualidade se refere a uma pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no momento do nascimento, geralmente associado ao sexo biológico. As(os) cidadãs(os) transexuais podem buscar uma transição de gênero, que pode envolver - ou não- mudanças físicas, sociais e legais, alinhando sua identidade com a expressão do gênero a qual ela/ele se sente mais confortável (MÔNICA, 2021).

A transição de gênero não define a transexualidade de forma rígida, ela é flexível e maleável, se enquadrando a cada cidadão de maneira em que ela se sinta bem e confortável consigo mesma. Muitas indivíduos transexuais não têm acesso ou não desejam realizar intervenções hormonais e/ou médicas, e isso não faz com que esses sujeitos tenham sua identidade de gênero inválida, muito pelo contrário, ela é válida e digna de respeito. O mundo é plural e heterogêneo, as pessoas têm suas diferenças e todas(os) sem exceção merece respeito e dignidade (SILVA et al., 2024).

7.2.2 Identidade de Gênero e Orientação Sexual

A identidade de gênero é relativa à percepção interna que uma pessoa tem sobre si mesma, relacionada ao gênero em que ela/ele se identifica, podendo ou não coincidir com o sexo biológico. Tal processo é uma experiência pessoal e de profundo conhecimento sobre si e sobre experiências que influenciam o pertencimento e o reconhecimento no mundo. As diferenciações de gênero podem ser representadas pelo espectro masculino, espectro feminino e pela combinação destes espectros ou de nenhum deles (no caso de indivíduos não-binárias, que não se enquadra no binarismo de gênero que é “ditado” pela sociedade em que vivemos) (AYOUCH, 2015).

Como foi falado sobre a identidade de gênero, é inevitável não deixar de falar sobre a expressão de gênero, que é a forma como a identidade de gênero é expressada de maneira externa, seja por meio de comportamentos, de vestuário, de cabelo, da linguagem corporal e outros aspectos físicos. Porém devemos tomar cuidado, pois nem sempre isso reflete com precisão a identidade de gênero de alguém, e apenas uma das maneiras que ela/ele se expressa perante a sociedade (GONÇALVES; GONÇALVES, 2021).

Já a **orientação** sexual - erroneamente chamada de opção sexual - é compreendida pela orientação da atração emocional, romântica e/ou sexual que uma pessoa sente em relação a outras, podendo ser caracterizada como:

- Heterossexual: atração por pessoas do gênero oposto;
- Homossexual: atração por pessoas do mesmo gênero;
- Bissexualidade: atração por pessoas de mais de um gênero;
- Pansexualidade: atração por pessoas independente do seu gênero;
- Assexualidade: pouca ou nenhuma atração sexual, porém pode ter atração emocional e romântica.

É de grande importância saber que a **orientação** sexual não se relaciona com a identidade de gênero, ambos são aspectos distintos, podendo ser notado que uma cidadã transexual pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou pansexual, do mesmo jeito que alguém que se considera cisgênero (se identificar com o gênero atribuído ao nascimento) pode ser hetero, homo, bi ou pan (GONÇALVES; GONÇALVES, 2021).

7.3 Transexualidade e educação

Este segundo módulo trata da relação entre a transexualidade e o ambiente educacional, já que as escolas têm um grande papel na formação social e cultural das pessoas, incluindo a formação de cidadãos. Tendo isso em mente,

é inevitável que os espaços escolares tenham uma abordagem sobre as questões de identidade de gênero, incluindo todos os aspectos que os cercam, que devem ser amplamente discutidas, compreendidas e combater qualquer tipo de violência e preconceito. Entretanto, quando olhamos na prática, muitas vezes as(os) estudantes transexuais enfrentam discriminação e preconceito nos espaços escolares, tanto das(os) alunas(os), quanto das(os) professoras(es) e funcionárias(os) do corpo escolar, tornando-o um ambiente hostil (CANNONE, 2020).

A relação entre transexualidade e educação é essencial nos debates sobre direitos humanos e igualdade, destacando a necessidade de TRANSformar as escolas em um espaço de acolhimento e respeito à diversidade. As(os) estudantes transexuais enfrentam desafios significativos, como o desrespeito à identidade de gênero, resistência ao uso de nome social, imposições relacionadas a uniformes e banheiros, além de *bullying* e exclusão social. Esses fatores, decorrentes de uma transfobia estrutural, levam a altos índices de evasão, comprometendo o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, além de impactarem gravemente a saúde mental dessas pessoas (SIQUEIRA; WELTER, 2024).

Apesar dos obstáculos, iniciativas como projetos pedagógicos inclusivos, grupos de apoio LGBTQ+ e ações de conscientização têm demonstrado que é possível criar ambientes escolares mais acolhedores. Quando as práticas educacionais valorizam o respeito e a diversidade, a escola se torna um espaço igualitário, promovendo o aprendizado e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa (MENINO-MENCIA et al., 2019).

7.3.1 Transfobia na escola

No sentido literal, o termo “trans” é utilizado para caracterizar indivíduos transexuais, transgêneros e travestis, enquanto “fobia” significa aversão a algo ou a alguém. Portanto, a transfobia envolve atos de discriminação contra esse

grupo, assim como toda forma de intolerância, incluindo comportamentos que pratique da violência física, verbal, psicológica ou moral contra essa população (AYOUCHE, 2015).

A transfobia no ambiente escolar reflete preconceitos enraizados na sociedade, manifestando-se por meio de discriminação, hostilidade e exclusão de pessoas transexuais. Essas práticas incluem *bullying*, invisibilização, negação de identidade e barreiras ao acesso a uma educação de qualidade (AMORIM, 2018).

Os sujeitos transexuais frequentemente enfrentam ambientes hostis, o que contribui para altos índices de evasão escolar. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a maioria das pessoas pertencentes à sociedade trans no Brasil não conclui a educação básica, que limita as suas oportunidades e perpetuando ciclos de exclusão social e econômica. Além do impacto acadêmico, a transfobia afeta gravemente a saúde mental, levando a casos de ansiedade, depressão e, em situações extremas, tentativas de suicídio (BENEVIDES, 2024).

Embora a transfobia seja crime no Brasil desde que o STF (Supremo Tribunal Federal) a equiparou ao racismo, a aplicação dessa legislação no contexto escolar enfrenta desafios. A Lei nº 13.185/2015 (Programa de Combate à Intimidação Sistemática) voltada ao combate ao *bullying*, é relevante, mas insuficiente diante da naturalização de práticas discriminatórias. Alguns avanços como a adoção do nome social mostram progresso, mas encontram resistência de gestores, educadores e famílias, intensificada por discursos conservadores que deslegitimam debates sobre gênero e sexualidade (FRANCO, 2018).

A escola tem um papel essencial na formação de cidadãos críticos e na promoção da igualdade, e incorporar temas sobre identidade de gênero e diversidade nos currículos, capacitar professores e garantir materiais pedagógicos inclusivos, são medidas fundamentais para combater a transfobia. Além disso, programas de sensibilização, palestras e projetos que deem visibilidade às pessoas trans têm mostrado resultados positivos. Criar espaços seguros de escuta e acolhimento é crucial para transformar a escola em um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde estudantes trans possam se desenvolver plenamente e com dignidade (MOURA; ZIBETTI, 2023).

7.3.2 Práticas transfóbicas nas escolas

As práticas transfóbicas nas escolas incluem ações e omissões que geram exclusão e discriminação de alunas(os) transexuais, com comportamentos e políticas que desrespeitam ou invalidam a identidade de gênero de estudantes transexuais. Essa discriminação pode ser explícita, como insultos e *bullying*, ou implícita, por meio da invisibilização e negligência em relação à diversidade de gênero (CANNONE, 2020). Alguns exemplos de práticas transfóbicas comuns incluem:

- 1) Negação do nome social: Quando a escola, alunas(os) e funcionárias(os) se recusam a utilizar o nome escolhido pelo indivíduo transexual de acordo com seu gênero, com isso, elas(eles) estão reforçando uma prática de negação da identidade de gênero dessa pessoa. Esse ponto é extremamente cruel e prejudicial, pois o nome faz parte da identidade de um indivíduo, e a sua recusa é uma forma de deslegitimar a existência de cidadãos transexuais.
- 2) Uso dos banheiros e vestiários: Em muitas escolas, as(os) estudantes transexuais não têm acesso a banheiros e vestiários de acordo com sua identidade de gênero, desrespeitando novamente sua identidade de gênero, que -certamente- pode proporcionar situações humilhantes e constrangedoras.
- 3) Falta de educação inclusiva: A ausência de discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade nos currículos escolares, perpetua a invisibilidade e o preconceito, o que por sua vez tende a marginalizar essas pessoas.
- 4) Uso de uniforme separado por gênero: Se na escola em questão tiver uniformes separados por gênero, é direito da/do aluna/o usar o uniforme de acordo com sua identidade de gênero, inclusive nas aulas de educação física, que geralmente é um ambiente bastante hostil para as(os) alunas(os) transexuais.

A imposição de normas cisnormativas, como a obrigatoriedade de uniformes e banheiros segregados por gênero, desconsidera as vivências de estudantes trans, enquanto a ausência de debates sobre transexualidade nos currículos escolares perpetua preconceitos. Além disso, a violência verbal, psicológica e física é recorrente, e a falta de políticas institucionais de acolhimento deixa esses jovens vulneráveis e desamparados (SIQUEIRA; WELTER, 2024).

Esses fatores reforçam a exclusão e dificultam a construção de um ambiente escolar seguro e inclusivo, evidenciando a necessidade de práticas que promovam o respeito e valorizem a diversidade de gênero (FRANCO, 2018).

7.3.3 *Bullying* Transfóbico

O *bullying* transfóbico é uma das formas mais comuns de violência contra estudantes transexuais no âmbito escolar, envolvendo perseguições, intimidações e a exclusão dessa comunidade por causa de sua identidade de gênero. Reconhecer esse problema é fundamental para desenvolver estratégias que promovam uma educação respeitosa (NASCIMENTO, 2024). O *bullying* transfóbico pode incluir:

- Agressões verbais: Como os insultos, as piadas ofensivas, os apelidos pejorativos relacionados à identidade de gênero e a aparência da pessoa;

- Agressões físicas: Como empurrões, socos, chutes, ou qualquer outra forma de violência física direcionada à indivíduos transexuais correlacionado com o discurso de ódio;

- Exclusão social: Inclui evitar ou isolar os cidadãos transexuais de atividades em grupo, festas ou eventos sociais, reforçando o estereótipo, a marginalização e o preconceito.

- Assédio online: comentários transfóbicos em redes sociais (*cyberbullying*).

Os impactos do *bullying* transfóbico são devastadores para a vítima -como qualquer tipo de *bullying*-, que provavelmente irá apresentar um desgaste emocional e psicológico. Um levantamento da ONG "*Transgender Europe*" mostra a dimensão desse problema no Brasil, que lidera em violência contra pessoas transexuais. Relatórios da UNESCO também revelam que estudantes LGBTQ+, em especial os sujeitos transexuais, enfrentam altos índices de *bullying*, o que contribui para a evasão escolar.

O combate ao *bullying* transfóbico exige esforços conjuntos entre famílias, escolas, governos e sociedade. Projetos educativos, campanhas de conscientização e programas de acolhimento têm se mostrado eficazes na construção de ambientes mais inclusivos (NASCIMENTO, 2024).

7.3.4 Estratégias de prevenção e combate ao *bullying* transfóbico

Em geral, o *bullying* transfóbico pode gerar traumas duradouros, afastar estudantes do aprendizado e alimentar vários preconceitos, e por isso, especificar e implementar estratégias eficazes para prevenir e combater essa prática é fundamental para TRANSformar as escolas em espaços de acolhimento (NASCIMENTO, 2024; RAMALHO et al., 2024). Algumas dessas práticas podem ser descritas como:

- 1) Educação e sensibilização: Promover programas de conscientização sobre diversidade de gênero e respeito nas escolas é fundamental para combater a transfobia e o *bullying* transfóbico. A capacitação, formação de professoras(es) e o engajamento de toda a comunidade escolar podem criar um ambiente mais seguro e inclusivo, incluindo também a promoção de políticas dentro do espaço escolar.
- 2) Políticas de tolerância zero ao *bullying*: Instituir e aplicar políticas rigorosas contra o *bullying* -tendo como base que o *bullying* é um crime-, com

protocolos claros de denúncia e apoio às vítimas, é essencial para a criação de uma cultura escolar que não tolera nenhum tipo de discriminação e preconceito.

- 3) Apoio psicossocial: Oferecer um apoio emocional e psicológico para estudantes transexuais é crucial para o seu bem-estar, além de garantir o acesso a espaços seguros dentro da escola.

7.3.5 Nome social no diário de classe

O nome social é o nome pelo qual reflete a verdadeira identidade das pessoas transexuais, com o qual elas desejam ser chamadas no dia a dia, sendo uma oposição ao nome registrado em seus documentos oficiais, que pode não refletir sua identidade de gênero e quem realmente são (SILVA, 2023).

Reconhecer o nome social, especialmente em registros escolares como o diário de classe, é um passo essencial para garantir direitos básicos e promover a inclusão desses sujeitos. No Brasil, esse direito foi assegurado por normas importantes, incluindo resoluções do Ministério da Educação (MEC). Desde 2015, por exemplo, a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBTQ+ (CNCD/LGBT) estabelece diretrizes para o uso do nome social em instituições educacionais. Além disso, o Decreto nº 8.727/2016 regulamenta o uso do nome social em órgãos e entidades da administração pública federal (FALCÃO, 2017).

No que diz respeito ao espaço escolar, o uso do nome social no diário de classe representa mais do que uma simples adequação administrativa, ela é um gesto que reafirma a identidade de gênero e ajuda a combater preconceitos, reduzindo a evasão escolar e criando um ambiente mais acolhedor. Pesquisas e histórias de vida demonstram que a invisibilidade ou a recusa em utilizar o nome social pode gerar humilhação, constrangimentos, discriminação e impactos negativos na saúde mental de pessoas transexuais. Por outro lado, respeitar esse

direito é um ato de empatia que promove o respeito à diversidade e ajuda a construir uma cultura mais inclusiva (ALVES; SILVA; MOREIRA, 2016).

Apesar dos avanços, ainda existem desafios para implementar essa prática de forma ampla, como a resistência por parte de alguns educadores, gestores e familiares, seja por desconhecimento ou por preconceitos enraizados. Além disso, a uniformização dos procedimentos para inserção do nome social em registros escolares, como o diário de classe, pode variar conforme os estados e municípios. Enquanto algumas escolas já utilizam sistemas que facilitam essa inclusão, outras ainda dependem de processos burocráticos ou até do consentimento de pais e responsáveis no caso de estudantes menores de idade (ALVES; MOREIRA, 2015; FALCÃO, 2017).

É fundamental lembrar que respeitar o nome social de uma pessoa transexual é respeitar o direito de cada indivíduo de ser quem realmente é. No ambiente escolar, esse gesto simples pode fazer uma enorme diferença, criando condições para que todas(os) as(os) alunas(os) se sintam vistas(os), valorizadas(os) e acolhidas(os).

7.3.6 Uso do banheiro de acordo com o gênero

O direito de utilizar os banheiros de acordo com a identidade de gênero é uma questão central para perpetuar a empatia às pessoas transexuais. No meio escolar e em outros contextos sociais, essa discussão vai além da infraestrutura física, envolvendo questões de direitos humanos, cidadania e inclusão social. O uso de banheiros adequado a identidade de gênero, reconhece o direito dos cidadãos transexuais a viverem plenamente sua identidade, não sendo apenas uma necessidade prática, mas também um marco importante no enfrentamento da transfobia e na construção de ambientes seguros e acolhedores (GASPODINI; NERY, [s.d.]; SANTOS et al., 2024).

Com a ausência de uma legislação nacional que regule especificamente o tema faz com que a questão dependa de normas locais, políticas institucionais e

decisões judiciais. Alguns estados e municípios, além de instituições de ensino e empresas, já implementaram medidas que garantem o direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero, sendo que essas iniciativas são respaldadas por princípios constitucionais, como o direito à igualdade, à dignidade e à não discriminação (ALVES, 2024).

Nas escolas, o acesso ao banheiro adequado é essencial para o bem-estar físico e psicológico de estudantes transexuais. Relatos mostram que negar esse direito pode levar ao isolamento, constrangimento, evasão escolar e até problemas de saúde, já que muitas pessoas evitam utilizar os banheiros quando se sentem inseguras. Por outro lado, o reconhecimento desse direito contribui para a criação de espaços educacionais mais inclusivos, onde todos os estudantes possam se sentir respeitados e valorizados (ALVES; MOREIRA, 2015).

Ainda assim, a resistência à implementação desse direito é significativa. Argumentos contrários ao uso de banheiros por sujeitos transexuais com base na identidade de gênero, muitas vezes são baseados em preconceitos ou desinformação, frequentemente justificando com alegações de "segurança" ou de "privacidade". Tais argumentos carecem de fundamento, uma vez que não há evidências de que o uso de banheiros por pessoas transexuais traga riscos a terceiros (ALVES; MOREIRA, 2015; ALVES, 2024).

Para lidar com essas resistências, algumas instituições têm adotado banheiros neutros, que são acessíveis a qualquer indivíduo, e isso têm sido implementadas em algumas instituições como alternativa para evitar conflitos. No entanto, é importante destacar que essa medida deve ser complementar, e não uma forma de segregação ou exclusão, garantindo que cidadãos transexuais possam escolher livremente entre o banheiro que corresponda à sua identidade de gênero ou o neutro (ALVES, 2024).

7.3.7 Uso de uniforme separado por gênero

O uso de uniformes separados por gênero nas escolas e em outros contextos institucionais é um tema de grande relevância no debate sobre os direitos e a inclusão de pessoas transexuais. A obrigatoriedade de vestir uniformes alinhados ao gênero imposto no momento do nascimento pode representar uma violação à sua dignidade e um obstáculo para sua plena integração social. O direito de usar o uniforme que corresponda à identidade de gênero é, portanto, uma demanda central na promoção da inclusão (FELISBINO, 2024).

No estado brasileiro, o reconhecimento desse direito está respaldado por normativas que visam à inclusão de pessoas transexuais em diferentes esferas. No âmbito escolar, o uso de uniformes que reflitam a identidade de gênero é abordado em resoluções como a nº 12/2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), que estabelece diretrizes para o respeito à identidade de gênero em instituições educacionais. Em algumas redes estaduais e municipais de ensino, políticas específicas garantem que estudantes transexuais possam escolher o uniforme conforme sua identidade de gênero, promovendo maior conforto e segurança no ambiente escolar.

Essa questão é especialmente sensível no contexto educacional, onde o uniforme muitas vezes simboliza a integração ao grupo e o pertencimento. No entanto, para estudantes transexuais, a imposição de um uniforme que não reflita sua identidade de gênero pode gerar constrangimentos, exclusão social e impactos negativos na saúde mental, contribuindo para a evasão escolar. Alguns dados indicam que a validação da identidade de gênero, incluindo o respeito à escolha do uniforme, está diretamente associada a melhores índices de bem-estar emocional, autoestima e desempenho acadêmico (MOTA, 2024; RICKEN, 2024).

Em contrapartida, a implementação dessa medida enfrenta desafios, incluindo resistências culturais, preconceitos e a falta de clareza em algumas regulamentações escolares. Muitas vezes, os argumentos contrários se baseiam em normas tradicionais de separação por gênero -binarismo de gênero-, ignorando as complexidades da diversidade de gênero e os impactos negativos

da imposição de regras excludentes. Ademais, algumas instituições têm optado por uniformes neutros, que eliminam a separação por gênero, como uma solução inclusiva para todas(os) as(os) estudantes, independentemente de sua identidade de gênero (MOURA; ZIBETTI, 2023).

Em um lugar fora do âmbito escolar, o tema também se manifesta em setores como o mercado de trabalho, onde uniformes padronizados são exigidos. Garantir que pessoas transexuais possam escolher sua vestimenta de acordo com sua identidade de gênero é igualmente fundamental nesses contextos, contribuindo para a construção de espaços mais acolhedores e representativos (SIQUEIRA; WELTER, 2024).

7.3.8 Aulas de educação física

As aulas de educação física, tradicionalmente organizadas por critérios de separação de gênero, representam um desafio significativo para a inclusão de sujeitos transexuais na instituição escolar. Para muitos estudantes transexuais, a forma como essas aulas são estruturadas pode levar a constrangimentos, exclusão ou mesmo evasão escolar, devido à falta de reconhecimento de sua identidade de gênero e ao ambiente muitas vezes marcado por preconceitos e discriminação. Assim, repensar a organização e a abordagem dessas aulas é essencial para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva (ALTMANN, 2015).

No estado brasileiro, as diretrizes legais e políticas públicas que falam dos direitos de pessoas transexuais incluem a necessidade de garantir igualdade de acesso e respeito à diversidade em todas as atividades escolares, incluindo a educação física. Normativas como a Resolução nº 12/2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), orientam que instituições educacionais respeitem a identidade de gênero de estudantes transexuais, permitindo, por exemplo, que escolham participar de atividades físicas com o grupo que reflita sua identidade de gênero .

A prática da educação física vai além do aspecto físico, sendo também um espaço de socialização, desenvolvimento emocional e integração. Contudo, quando as aulas são organizadas de forma excludente -como ao dividir grupos por gênero binário ou impor uniformes e atividades que desconsiderem a diversidade de identidades-, estudantes transexuais podem sentir-se vulneráveis e deslocados (MENINO-MENCIA et al., 2019).

Por outro lado, a inclusão dessas pessoas nas aulas de educação física enfrenta barreiras significativas, como a falta de capacitação de professores para lidar com a diversidade de gênero, resistências culturais e preconceitos por parte de outros estudantes e suas famílias. Argumentos contrários à inclusão de pessoas transexuais geralmente citam questões de "desempenho físico" ou "competitividade", especialmente em esportes de competição, mas ignoram o objetivo principal da educação física escolar, que é promover a saúde, a integração social e o desenvolvimento integral de todas(os) as(os) estudantes (ALTMANN, 2015; MOTA, 2024).

Muitas escolas e educadores têm adotado estratégias inovadoras para tornar as aulas de educação física mais inclusivas. Entre essas práticas, destacam-se:

- A flexibilização das regras de divisão por gênero, com base em interesses e habilidades, e não em identidade de gênero.
- A criação de atividades e dinâmicas que envolvam todas(os) as(os) alunas(os), valorizando a cooperação em vez da competição.
- A implementação de vestiários unissex ou privados, assegurando privacidade e segurança para todas(os) as(os) estudantes.
- A formação continuada de professores, capacitando-os a abordar questões relacionadas à diversidade de gênero com sensibilidade e respeito.

Revisitar a educação física escolar sob essa perspectiva é um passo fundamental para garantir que ela cumpra seu papel de promover a inclusão, o respeito e o bem-estar

7.4. Despreparo das(os) profissionais da educação do ensino básico e médio para tratar a transexualidade no espaço escolar

O despreparo de profissionais da educação básica e média para abordar a transexualidade nas escolas reflete falhas na formação inicial e continuada desses educadores. Muitos não recebem orientações específicas sobre diversidade de gênero, o que perpetua preconceitos e dificulta a implementação de práticas inclusivas. Essa falta de preparo impacta diretamente o acolhimento de estudantes transexuais, que frequentemente enfrentam exclusão e desrespeito no ambiente escolar (GASPODINI; NERY, [s.d.]; SOUZA; BERNARDO, 2014).

Entre os principais desafios estão a resistência de educadores em usar o nome social e pronomes adequados, mesmo com normativas que asseguram esse direito. Muitos desconhecem como lidar com questões práticas, como o uso de banheiros ou uniformes, ou como abordar o tema de maneira pedagógica, temendo polêmicas ou por falta de conhecimento. A ausência de conteúdos sobre diversidade de gênero nos currículos e a falta de políticas institucionais reforçam essa situação, enquanto discursos conservadores que deslegitimam debates sobre gênero e sexualidade agravam o problema, inibindo avanços (MARIA, 2021).

Para TRANSformar essa realidade, é essencial investir em capacitação continuada, com foco em temas como diversidade, gênero e direitos humanos. Programas educacionais voltados à inclusão são indispensáveis para criar um ambiente escolar que respeite e valorize todas(os) as(os) estudantes, promovendo aprendizado e igualdade (MARIA, 2021; SILVA, 2016).

7.5. Atividade prática pedagógica: Linha do tempo da transexualidade: uma viagem cultural e histórica

Objetivo da atividade:

Proporcionar as(os) alunas(os) a compreender que a transexualidade não é um fato recente, mas sim uma realidade que foi percebida, vivida e reconhecida em diferentes épocas e culturas ao longo da história da humanidade. Com isso, é possível reconhecer que a expressão de identidade de gênero faz parte de uma trajetória de diversos povos e sociedades, enriquecendo o diálogo sobre respeito e inclusão no ambiente educacional.

Público-alvo: Alunas(os) do ensino médio

Materiais necessários:

- Cartolinas, canetas, marcadores;
- Acesso à internet ou materiais impressos sobre diferentes culturas e épocas (pode incluir textos, vídeos, imagens);
- Folhas de papel e canetas para anotações;
- Impressões ou imagens relacionadas a cada cultura e período histórico;
- Cartões ou etiquetas com datas para marcar os períodos históricos

Desenvolvimento da atividade:

1ª Aula: Introdução e pesquisa

1. Introdução: Iniciar a aula com uma apresentação sobre como a transexualidade e a diversidade de gênero são percebidas em diferentes culturas e períodos históricos. Explicar que o objetivo é criar uma linha do tempo que mostre como a transexualidade foi percebida e vivida em diferentes culturas e períodos históricos.

2. Divisão dos grupos de pesquisa: Divida as(os) alunas(os) em pequenos grupos e atribua a cada grupo uma época ou cultura específica para pesquisar. Alguns exemplos são:
 - Gallae na Roma e Grécia Antigas: Figuras que TRANScendem os papéis de gênero. Eram sacerdotes da deusa Cibele, que frequentemente rejeitavam seu gênero masculino e viviam como mulheres, realizavam cerimônias extáticas e, em alguns casos, praticavam a castração como forma de devoção à deusa. Essas pessoas eram figuras espirituais respeitadas, mas também alvo de marginalização em alguns contextos históricos (“Como historiadores estão documentando a vida de pessoas transgênero”, 2022; SILVA, 2021).
 - Índia e as "Hijras": Comunidade hijra que existe há séculos e tem um papel cultural específico. É um grupo tradicional de pessoas transexuais frequentemente identificadas com um terceiro gênero. Existem registros históricos de *hijras* na Índia há mais de 4.000 anos, mencionados em textos antigos como o *Kama Sutra*. Essa comunidade participam de rituais religiosos, casamentos e nascimentos como figuras auspiciosas que abençoam famílias, e desde 2014, o Supremo Tribunal da Índia reconhece oficialmente as híjras como um terceiro gênero, e apesar desse reconhecimento, enfrentam discriminação social, econômica e política (“Como historiadores estão documentando a vida de pessoas transgênero”, 2022; CORRÊA, 2020).
 - Culturas Indígenas da América do Norte: *Two-Spirit* (Duas-Espíritos): "*Two-Spirit*" é um conceito moderno cunhado nos anos 1990 para descrever identidades de gênero e papéis fora do binarismo, reconhecidos por várias tribos indígenas norte-americanas, essas pessoas eram frequentemente vistas como ocupando um lugar sagrado e equilibrado entre o masculino e o feminino, e atuam como curandeiros, conselheiros, líderes espirituais e artistas. Não necessariamente vinculados à orientação sexual, o foco é na identidade de gênero e no papel comunitário, as suas identidades eram respeitadas antes da colonização europeia, que impôs normas cisnormativas e cristãs (ARCO, 2024; FERNANDES, 2014).

- *Mahus* nas Culturas Polinésias: "*Mahu*" refere-se a pessoas que incorporam características masculinas e femininas, em particular no Taiti e no Havaí. Esse povo tradicionalmente atuava como professores, cuidadores e detentores de conhecimento cultural. Antes da colonização, eram altamente respeitados, e após a chegada dos europeus, a visão sobre *Mahus* tornou-se mais negativa devido à influência cristã ("A Espiritualidade Queer na Polinésia", [s.d.]; LACOMBE, 2008).
- *Fa'afafine* em Samoa: Refere-se a indivíduos que não se enquadram no binarismo masculino/feminino, geralmente designados como homens ao nascer, mas que assumem papéis de gênero femininos. Essas pessoas contribuem como cuidadores, professores e artistas na sociedade samoana, e são socialmente integrados e amplamente aceitos, refletem a visão não binária tradicional de gênero na cultura samoana (KANEMASU; LIKI, [s.d.], 2023; POASA, 1992).
- *Burrneshas* na Albânia: Mulheres que assumem papéis masculinos e fazem votos de celibato, em uma tradição que remonta aos séculos XV e XVI. Se tornar uma *burrnesh* era uma forma de acessar direitos e privilégios masculinos em uma sociedade patriarcal, são socialmente aceitas como homens, exercem funções e papéis exclusivamente masculinos. Na atualidade tornou-se rara, mas ainda é observada em algumas comunidades rurais da Albânia (GARCÍA VIDAL, 2022).
- *Wè* e *Igbos* na sociedades da África Ocidental: Alguns grupos, como os *Igbos* da Nigéria, reconheciam papéis de gênero fluidos, com mulheres ocupando posições tradicionalmente masculinas, como chefia de clãs. Alguns orixás ou deidades eram representados com características de gênero andróginas ou fluidas ("Women are Different': colonialismo e educação de meninas igbos na literatura de Flora Nwapa | Semantic Scholar", [s.d.]).
- *Xaniths* em Omã (Oriente Médio): Homens que adotam comportamentos femininos e desempenham um papel de gênero intermediário, e atuam frequentemente como artistas e anfitriões em eventos sociais. São aceitos

em sua cultura, mas permanecem limitados dentro de um contexto social islâmico (“Port Harcourt Journal Of History & Diplomatic Studies”, [s.d.]).

- Período colonial do Brasil, quem foi a Xica Manicongo: Xica Manicongo era uma escravizada trazida ao Brasil no século XVI. Ela é mencionada em registros históricos como uma pessoa designada homem ao nascer, mas que se vestia e expressava como mulher, ela foi alvo de julgamento e punição pela Inquisição Católica acusada de sodomia, que via sua expressão de gênero como um desvio moral e uma ameaça à ordem colonial. Ela representa a intersecção de raça, gênero e classe no contexto da violência colonial (“De Manicongo a Manicongo: saberes travestis”, [s.d.]; FELICIANO, 2023).
- Europa do século XIX e XX: Primeiros registros de pessoas trans em busca de reconhecimento e tratamento.
- Movimento Trans no século XX: Lutas pelos direitos trans e avanços na aceitação e reconhecimento.

As(os) alunas(os) devem pesquisar e produzir um cartaz ou painel que possa conter:

- Informações sobre como a transexualidade era entendida ou representada.
- Como as pessoas trans eram tratadas na sociedade.
- Havia aceitação ou marginalização dessas pessoas?
- Que papéis ou funções essas pessoas desempenhavam na sociedade?
- Imagens, desenhos ou símbolos que representem o contexto.

Os grupos devem incluir curiosidades ou fatos relevantes e relacionar esses aspectos com o conceito atual de transexualidade.

2ª Aula: montagem e apresentação da linha do tempo

1. Montagem da linha do tempo: As(os) alunas(os) fixam seus cartazes ou painéis em ordem cronológica, para criar uma linha do tempo na sala de aula. Os grupos devem explicar em qual período sua pesquisa se encaixa e quais eram as características mais marcantes da época.
2. Apresentação e discussão: Cada grupo apresenta suas descobertas para a turma, explicando a visão sobre a transexualidade em sua época ou cultura, comparando as diferentes abordagens, destacando as semelhanças e as diferenças.
3. Reflexão coletiva: Concluir destacando a importância de reconhecer a transexualidade como parte da diversidade humana, que sempre existiu e que, em muitas culturas, foi vista de forma respeitosa e integrada à sociedade. Pode ser questionado as(os) alunas(os):
 - Como a percepção da transexualidade mudou ao longo do tempo?
 - Quais aspectos da história da transexualidade ainda influenciam a forma como a sociedade a enxerga hoje?
 - Como podemos usar esse conhecimento para promover mais respeito e inclusão em nossa comunidade?

Avaliação:

- Participação e envolvimento durante as atividades;
- Capacidade de identificar e compreender as diferentes percepções culturais e históricas sobre a transexualidade;
- Capacidade de reflexão e contribuição na discussão.

Esta atividade prática deve possibilitar uma experiência interativa e colaborativa que facilite o entendimento das(os) alunas(os) sobre a riqueza e a diversidade das experiências transexuais ao longo da história, incentivando uma abordagem mais respeitosa e inclusiva em relação à transexualidade no presente.

8- REFERÊNCIAS:

ALTMANN, H. Educação física escolar: relações de gênero em jogo. Cortez Editora, 2015.

ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 59–69, 2015.

ALVES, C. E. R.; SILVA, G. F.; MOREIRA, M. I. C. A política pública do uso do nome social por travestis e transexuais nas escolas municipais de Belo Horizonte: uma pesquisa documental. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 11, n. 2, p. 325–340, 2016.

ALVES, R. N. Tumulto e segregação trans: a (cis)normatividade de gênero e o judiciário brasileiro nos casos dos banheiros. 2024.

AMORIM, S. M. G. Escola e transfobia: vivências de pessoas transexuais. 2018.

ARCO. Identidade de Gênero Dois-Espíritos: Uma Visão sobre a Diversidade e a Riqueza Cultural Indígena. Disponível em: <https://www.ongarco.org/post/identidade-de-gênero-dois-espíritos-uma-visão-sobre-a-diversidade-e-a-riqueza-cultural-indígena>. Acesso em: 27 nov. 2024.

AYOUCHE, T. Da 'transexualidade' às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. [s.d.].

A Espiritualidade Queer na Polinésia. Morte Súbita inc., [s.d.]. Disponível em: <<https://mortesubita.net/queer/a-espiritualidade-queer-na-polinesia/>>. Acesso em: 27 nov. 2024

BENEVIDES, B. (Ed.). Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Distrito Drag, 2023.

BENEVIDES, B. G. (Ed.). Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Distrito Drag, 2024.

CANNONE, L. A. R. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. e228487, 2020.

CASTRO, Roney Polato de. Gênero, sexualidade, religiosidade e escola: problematizando relações. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; 13th WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. Anais Eletrônicos. UFSC, 2017.

Como historiadores estão documentando a vida de pessoas transgênero. *National Geographic Brasil*, 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/06/como-historiadores-est-ao-documentando-a-vida-de-pessoas-transgenero>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CORRÊA, O. A. DA S. A Transexualidade como Terceiro Sexo e a Divindade às hijras: religião, violência e Estado. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 3, n. 10, p. 276–294, 2020.

DADICO, L. Violência escolar de gênero: uma abordagem teórico-crítica. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 32, n. 69, p. 78–89, 2023.

De Manicongo a Manicongo: saberes travestis. Disponível em: <https://dippg.cefet-rj.br/pprer/index.php/pt/listagem-de-defesas/436-de-manicongo-a-manicongo-saberes-travestis.html>. Acesso em: 28 nov. 2024.

EBOOK_Educacao-e-seus-multiplos-olhares.pdf. Pedro e João Editores, 2022. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/12/EBOOK_Educacao-e-seus-multiplos-olhares.pdf#page=160. Acesso em: 28 nov. 2024.

FALCÃO, K. J. Nome social de estudantes travestis e transexuais: caminhos para uma pedagogia trans-formadora. Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade - Igarapé, v. 5, n. 1, 2017.

FELICIANO, K. O. Orgulho de ser travesti: a ressignificação da identidade social travesti como estratégia de resistência. Humanidades em Perspectivas, v. 7, n. 16, p. 120–137, 2023.

FELISBINO, D. DE J. Vozes trans na educação: políticas públicas, experiências escolares e linguagens. 2024.

FERNANDES, E. R. Homossexualidades indígenas y descolonialidad: algumas reflexões a partir das críticas two-spirit. Tabula Rasa, n. 20, p. 135–157, 2014.

FRANCO, N. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. *Revista de Educação Pública*, v. 27, n. 65/1, p. 469–486, 2018.

GARCÍA VIDAL, I. (FACULTAD DE D. Conflicto entre costumbre y derechos humanos. *Las vírgenes juradas en Albania*. 2022.

GASTALDI, A. B. F. Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil 2022. *Acontece Arte e Política LGBTI+*, 2023.

GASPODINI, I. B.; NERY, J. W. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. [s.d.].

GONÇALVES, M. C.; GONÇALVES, J. P. Gênero, identidade de gênero e orientação sexual: conceitos e determinações de um contexto social. *Revista Ciências Humanas*, v. 14, n. 1, 2021.

GRECO, P. T. P. Currículos escolares e o combate à transfobia: vidas trans importam. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 17, p. 209-231, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366456463_Curriculos_escolares_e_o_combate_a_transfobia_vidas_trans_importam.

JUNQUEIRA, R. D. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. [s.l.], [s.d.] p. 455–455.

KANEMASU, Y.; LIKI, A. Tecendo “cultura” e defesa política em uma pequena

nação insular: Samoa Associação Fa'afafine e samoanos não heteronormativos. In: Manual da Sociedade Civil e dos Movimentos Sociais nos Pequenos Estados. [s.l.], [s.d.].

LACOMBE, P. Les identités sexuées et 'le troisième sexe' à Tahiti. Cahiers du Genre, v. 45, n. 2, p. 177–197, 2008.

MAGNUS, D. V. Por Que Educar Para a Diversidade De Gênero E De Sexualidade? Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, 2020.

MARCO ANTONIO TORRES. A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola. [s.l.] Autêntica, 2017. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=MARCO+ANTONIO+TORRES.+A+diversidade+sexual+na+educação+e+os+direitos+de+cidadania+LGBT+na+Escola.+%5Bs.l.%5D+Autêntica%2C+2017.&cvid=24ff2adf8b8d4c29a4df78c214a04943&gs_lcrp=EgRIZGdIKgYIABBFGDkyBggAEEUYOdIBBzQxM2owajmoAgiwAgE&FORM=ANAB01&PC=U531>. Acesso em: 2 dez. 2024.

MARIA, V. A. Transexualidade e educação: desafios além do currículo. Revista Alembra, v. 3, n. 6, p. 117–130, 2021.

MENINO-MENCIA, G. F. et al. Escola inclusiva: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escolar. Psicologia Escolar e Educacional, v. 23, p. e191819, 2019.

MÔNICA, H. S. O que é transfobia e como combatê-la? Entenda! Hospital Santa Mônica, 2021. Disponível em: <https://hospitalsantamonica.com.br/transfobia/>.

Acesso em: 27 nov. 2024.

MOTA, V. DE O. Adolescentes trans da rede pública de ensino do Distrito Federal: narrativas de diversidade, acolhimento e exclusão. 2024.

MOURA, A. R.; ZIBETTI, M. L. T. A escola para todes? O que dizem os estudos sobre educação de pessoas trans. SciELO Preprints, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6356>. Acesso em: 27 nov. 2024.

NASCIMENTO, M. C. DO. Bullying transfóbico escolar. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, v. 28, n. 61, p. 10–27, 2024.

OLIVEIRA, F. A. G. et al. Grupos em risco: a transfobia e a patologização das identidades trans como categorias de análise político-pedagógica. Revista Inclusiones, v. 8, n. 3, p. 187–208, 2021.

Port Harcourt Journal Of History & Diplomatic Studies. [s.d.].

POASA, K. The Samoan Fa'afafine: Um estudo de caso e discussão sobre transexualismo. Journal of Psychology & Human Sexuality, v. 5, n. 3, p. 39–51, 1992.

RAMALHO, M. N. DE A. et al. Cartilha educacional para prevenção do bullying transfóbico na escola. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 33, p. e20230170, 2024.

RICKEN, S. H. DA R. O que pode um corpo transgênero? Um viés epistemológico a partir da vivência de homens trans e transmasculinos no espaço educacional. 2024.

ROSSI, C. R. et al. Gênero e Diversidade na Escola: reflexões acerca da formação continuada sobre assuntos da diversidade sexual. *Contexto & Educação*, v. 27, n. 88, p. 6–34, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b6bb6fcc-35e8-4943-b7ba-2c77c4aa73c3/content>.

SANTOS, E. B. C. D. et al. Educação, tecnologia e inclusão: desafios contemporâneos. Editora Schreiben, 2023.

SANTOS, J. R. et al. Políticas públicas e ações coletivas na trajetória de escolarização de pessoas trans. *Revista Teias*, v. 25, n. 78, p. 338–353, 2024.

SANTOS, M. A. A transfobia como trauma e critério curatorial da cisnormatividade. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*, v. 3, n. 40, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/25089/16805>

SILVA, D. G. DA. O olhar docente sobre a inclusão do nome social na escola: um relato de experiência na formação de professores. UFRN, 2023.

SILVA, E. M. DA. Transexualidades e travestilidades no espaço escolar heteronormativo: as respostas da escola a quem desafia as imposições de

gênero. 2016.

SILVA, R. S.; OLIVEIRA, M. A. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educar em Revista*, v. 35, n. 73, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/>

SILVA, S. C. Os Galli, sacerdotes de Cibele: representações literárias femininas e possibilidades sobre as práticas de castração ritual. *Notandum*, 2021.

SILVA, T. G. P. DA et al. Exclusão de corpos e corporeidades dissidentes: estudo bibliográfico sobre a transexualidade no contexto escolar. *Diversidade e Educação*, v. 12, n. 1, p. 1188–1209, 2024.

SIQUEIRA, E. A.; WELTER, N. K. Novas perspectivas: transexualidade e educação em busca de uma sociedade menos opressora. *Alamedas*, v. 12, n. 3, p. 132–141, 2024.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educação 1 & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e61432, 2019. DOI: 10.1590/0104-4060.61432

SOUSA, B. P. D.; LEITE JUNIOR, F. F. Pessoas trans e travestis na escola: problemáticas diante dos impactos psicossociais no espaço educacional. In: FELIPPE, A. M. et al. (Eds.). *Diversidade Sexual e Gênero: perspectivas, novos e velhos debates*. ARCO EDITORES, 2023.

SOUZA, H. A. DE; BERNARDO, M. H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 8, n. 11, 2014.

SOUZA, J. P.; ALMEIDA, R. M. Educação em gênero e sexualidade. *Momento - Diálogos em Educação*, v. 29, n. 1, p. 65–80, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13199/9036>

Vieira, A. L. (2021). Transfobia na educação: o olhar da estudante transgênero feminino. *ResearchGate*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350851953_Transfobia_na_educacao_O_olhar_da_estudante_transgenero_feminino

VIEIRA, A. L.; SOUZA, C. R. Transfobia: as barreiras do direito de existir. *Anais do Congresso Internacional de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero*, v. 3, p. 1–12, 2021. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3786/3382>

“Women are Different”: colonialismo e educação de meninas igbos na literatura de Flora Nwapa | **Semantic Scholar**. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/%E2%80%9CWomen-are-Different%E2%80%9D%3A-colonialismo-e-educa%C3%A7%C3%A3o-de-Cassiano/699e83aa568c7f2526878fbf817159cbf4abdff5>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

WPENSAR. Direitos LGBTQIA+ para escolas: o que está na lei? 2021. Disponível em: <https://blog.wpensar.com.br/gestao-escolar/direitos-lgbtqia-para-escolas/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ZANELLA, A. V.; FIGUEIRÓ, R. A. Educação em gênero e sexualidade: desafios e perspectivas. *Momento - Diálogos em Educação*, v. 31, n. 1, p. 45–60, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/16437/11119>

9- APÊNDICES:

[Agnes. caderno temático - Story \(canva.com\)](#)

10- Glossário:

Binarismo de gênero: A sociedade normatiza as pessoas somente entre homem e mulher, atribuindo papéis específicos para cada sexo.

Cerimônias extáticas: Rituais ou práticas que buscam induzir estados alterados de consciência, frequentemente associados a experiências intensas de êxtase ou TRANScendência.

Cisgênero: Pessoas que se identificam com o gênero atribuído no momento do nascimento.

Figuras auspiciosas: São símbolos, imagens, objetos ou seres que representam boa sorte, proteção, prosperidade ou eventos positivos.